



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO CURSO DE
ARQUIVOLOGIA

Nayra Pereira Lima

A identificação arquivística como suporte para a descrição de documentos:
relato de experiência no Fundo Universidade da Paraíba 1955 - 1960.

Nayra Pereira Lima

A identificação arquivística como suporte para a descrição de documentos:
relato de experiência no Fundo Universidade da Paraíba 1955 - 1960.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Arquivologia, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador(a): Prof. Me Jefferson Higino da Silva

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732i Lima, Nayra Pereira.

A identificação arquivística como suporte para a descrição de documentos: relato de experiência no fundo Universidade da Paraíba / Nayra Pereira Lima. - João Pessoa, 2023.
25f.

Orientação: Jefferson Higino da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Identificação Arquivística. 2. Descrição de Documentos. 3. Fundo Arquivístico. 4. Universidade da Paraíba. I. Silva, Jefferson Higino da Silva. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

FOLHA Nº 26 / 2022 - CCSA - CARQ (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.116780/2022-86

João Pessoa-PB, 21 de Dezembro de 2022

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

NAYRA PEREIRA LIMA

**A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS: relato de experiência
no Fundo Universidade da Paraíba**

Artigo apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 21 de dezembro de 2022

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Prof. Me. Jefferson Higino da Silva (orientador), Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva e Profa. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito (membros).

(Assinado digitalmente em 21/12/2022 22:59)

JEFFERSON HIGINO DA SILVA
TECNICO EM ARQUIVO
Matrícula: 2154909

(Assinado digitalmente em 21/12/2022 19:17)

JULIANNE TEIXEIRA E SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1749263

(Assinado digitalmente em 29/12/2022 14:26)

ROSA ZULEIDE LIMA DE BRITO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1030193

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **26**, ano: **2022**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **21/12/2022** e o código de verificação: **dcf0581bcc**

A meu vizinho Moisés *in memoriam*, referencial de
amor paterno e de sabedoria, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, por tão preciosa graça e misericórdia que me faz alcanças os meus objetivos todos dias. Quão incomensurável é o seu amor.

A minha família, meu alicerce e fortaleza.

Ao meu esposo Benjamim, por ser a voz que me acalma e que me encoraja a vencer os desafios.

Aos companheiros de graduação, com os quais tive a honra de percorrer as trilhas rumo à aquisição do saber arquivístico.

Ao corpo social, que compõe a Coordenação do Curso de Arquivologia da UFPB, e o corpo docente do Departamento de Ciência da Informação.

Ao docente e orientador Jefferson Higino, pela excelência e pela prontidão, que muito me auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores que se prontificaram em compor a banca de avaliação, Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva e a Profa. Dra. Rosa Zuleide de Lima Brito.

Aos queridos que compõem a Coordenação Geral de Estágio, muito mais que um local de estágio, e muito aprendizado das práticas arquivísticas, um ambiente acolhedor.

A equipe de gestores e colaboradores da Onezildo Martins Soluções Contábeis, pela oportunidade singular de ser alvo do compartilhamento de muito aprendizado não apenas no âmbito do estágio, mas verdadeiras lições de vida.

**A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A DESCRIÇÃO DE
DOCUMENTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO FUNDO UNIVERSIDADE DA
PARAÍBA 1955 - 1960.**

RESUMO

Os documentos arquivísticos no processo de Gestão de Documentos necessitam da identificação como auxiliar às atividades de Classificação e de Avaliação documental, a fim de compreender as relações que os documentos possuem com as atividades. Além dessas funções, a Identificação Arquivística como metodologia pode oferecer suporte para a descrição de documentos nos arquivos permanentes. Objetiva-se, neste trabalho, relatar a experiência realizada no fundo Universidade da Paraíba, localizado no Arquivo Central da UFPB, com recorte focado na Identificação Arquivística. Trata-se de um relato de experiência, sendo destacadas as atividades realizadas no campo prático de uma disciplina do curso de Arquivologia da UFPB. Com o início da aplicabilidade da metodologia de identificação inferimos que é possível caracterizar e tornar compreensíveis as atividades que originaram o documento demonstrando as atribuições e competências de seu produtor, assim facilitando processo da descrição de documentos nos arquivos permanentes.

Palavras-chave: Identificação Arquivística; Descrição de Documentos; Fundo Arquivístico; Universidade da Paraíba.

**ARCHIVE IDENTIFICATION AS A SUPPORT FOR THE DESCRIPTION OF
DOCUMENTS: EXPERIENCE REPORT AT THE UNIVERSITY OF PARAÍBA
FUND 1955 - 1960.**

ABSTRACT

The archival documents in the Document Management process need to be identified as an aid to the Document Classification and Evaluation activities, in order to understand the relationships that the documents have with the activities. In addition to these functions, Archival Identification as a methodology can support the description of documents in permanent archives. The objective of this work is to report the experience carried out at the University da Paraíba fund, located in the UFPB Central Archive, with a focus on Archival Identification. This is an experience report, highlighting the activities carried out in the practical field of a subject in the UFPB Archivology course. With the beginning of the applicability of the identification methodology, we infer that it is possible to characterize and make understandable the activities that originated the document, demonstrating the attributions and competences of its producer, thus facilitating the process of describing documents in the permanent archives.

Keywords: Archival Identification; Description of Documents; Fund Archival; University of Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivistas, enquanto profissionais responsáveis em tornar acessíveis as informações contidas nos documentos de arquivo independente do suporte, são desafiados frente à recorrência de acervos carentes da gestão de documentos. A falta de gerenciamento na produção desses documentos contribui para a existência de massas documentais acumuladas, compostas por registros sem valor administrativo, outros que precisam ser eliminados e documentos de valor permanente, os quais possuem interesses científicos e históricos (LOPES, 1993).

Reconhecer os documentos é o primeiro passo para definir e realizar planejamentos específicos. Nesse processo, aplica-se as atividades de classificação e de avaliação documental, que visam garantir controle dos fluxos informacionais e eficiência administrativa. A primeira, define os vínculos existentes entre os documentos por meios das funções e das atividades, através de uma estrutura hierárquica que facilita a recuperação dos documentos; a segunda, tem com fim, por meio de critérios, analisar os registros e atribuir valores (primários e secundários), para decidir quais registros serão eliminados e quais serão guardados permanentemente.

Para realização dessas atividades torna-se necessário entender o documento arquivístico dentro do seu contexto, aplicando-se a Identificação Arquivística, a qual caracteriza-se como sendo uma metodologia de processamento técnico de análise dos documentos, que visa estabelecer uma lógica entre os registros por meio de suas funções e suas atividades, isto é, através dos vínculos orgânicos e das relações dos documentos com o órgão produtor (RODRIGUES, 2013).

Além dessas atividades, tem-se a função de descrição de documentos que não é aplicada na gestão, pois possui foco no conteúdo documental e na criação de instrumentos para o acesso aos acervos permanentes. Porém, anterior a essa atividade, é necessário definir a estrutura do fundo e realizar o arranjo documental que, segundo Bellotto (2006, p. 136) é a “[...] ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (ditadas pelas tabelas de temporalidade e executadas nos arquivos correntes e intermediários), obedecendo a critérios que

respeitam o caráter orgânico [...]”.

Nesse sentido, os documentos que não obtiveram um tratamento documental adequado no decorrer de seu ciclo vital deverão ser analisados em seu contexto de produção, para se reconhecer as relações existentes do acervo a que se pretende descrever.

Assim, a identificação também pode ser importante para auxiliar a descrição documental, a qual “[...] envolve um complexo processo entre as relações hierárquicas e uma análise das relações orgânicas documentos no contexto de sua proveniência.” (BARROS, 2020, p. 75).

Desse modo, no processo de organização e no gerenciamento de acervos podemos recorrer ao método de identificação arquivística partindo do ato de identificar o órgão produtor e sequenciamente a realização da identificação das tipologias documentais com o estudo de seus caracteres internos e externos que são elementos constitutivos de sua identidade permitindo um mapeamento dos documentos produzidos ou acumulados.

Entender a tipologia documental nos arquivos permanentes possibilita definir a proveniência dos documentos e compreender quais ações levaram a criação dos registros, os processos e as transações. Através do estudo da gênese documental, com bases da diplomática e na tipologia documental, é possível traçar um acervo e dar base para o tratamento técnico de organização documental, trabalhando em conjunto a classificação, a avaliação e a descrição (RODRIGUES, 2013).

Diante da realidade documental que envolve documentos sem processamento técnicos, destituídos de valores administrativos, lança-se o seguinte questionamento: como a identificação arquivística pode auxiliar no tratamento dos fundos de caráter permanente da UFPB? Objetiva-se, neste artigo, relatar a experiência realizada no fundo Universidade da Paraíba (1955- 1960), localizado no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, com recorte focado na identificação arquivística.

2 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

As instituições públicas ou privadas no desenvolvimento de suas atividades naturalmente produzem documentos que refletem suas funções e suas atividades.

Esses documentos são essenciais nos processos de tomada de decisão, além de serem imprescindíveis e auxiliares na preservação da memória.

As informações contidas nos documentos, seja em meio convencional ou digital, deverão estar acessíveis para usuários internos e externos. A recuperação da informação apenas será possível se os documentos estiverem gerenciados mediante os processos de classificação e de avaliação, precedidos pela identificação arquivística.

A identificação surge por volta do século XX, com termo resultante de experiências metodológicas por grupos de arquivistas na Espanha, a fim de solucionar os problemas ocasionados pelas massas documentais acumuladas, que necessitavam de tratamento técnico. Posteriormente, o conceito foi incorporado ao Dicionário de Terminologia Archivistica servindo como base para artigos e para manuais (RODRIGUES, 2018).

No Brasil, o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005) apresenta o conceito de identificação como processo, registro de informações que visam o controle documental. Isto é, os arquivos estão ligados ao seu contexto de produção, por isso necessitam manter as relações desse vínculo.

Schmidt e Mattos (2020) entende a identificação em conjunto com a Tipologia Documental, sendo parte das abordagens contemporâneas da Arquivologia, com destaques de estudos desenvolvidos pela Espanha e pelo Brasil, a partir da década de 80, com o objetivo de fortalecer a formação das séries documentais, através dos tipos e das ações geradoras dos documentos. Destacam teóricos como Vicenta Cortés Alonso (Espanha), Heloisa Bellotto e Ana Célia Rodrigues (Brasil), como autores que publicaram textos iniciais sobre a temática.

Essas abordagens contemporâneas estão inseridas em estudos preocupados com as mudanças ocorridas com o surgimento dos documentos eletrônicos, revisitando conceitos estabelecidos dos documentos analógicos frente às transformações sociais e tecnológicas.

Dessa forma, a identificação arquivística surge a partir dos estudos da Tipologia Documental relacionados a diplomática. Bellotto (2014) destaca que o objeto da Diplomática é a espécie documental, o estudo das partes dos documentos e dos seus caracteres, a fim de compreender a sua autenticidade, do outro lado, tem-se a Tipologia Documental, com o objetivo de entender as

relações existentes entre os documentos junto às atividades, ou seja, as ações que proporcionaram a criação desses registros. Assim, segundo Rodrigues (2012, p. 198):

O termo identificação surgiu no contexto da arquivística nos Anos 80, para designar as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, que se contrapunha ao emergente desafio de implantar programas de gestão documental em países ibero-americanos. (RODRIGUES, 2012, p. 198).

Esses desafios são problemas postos aos documentos contemporâneos, com suportes diferentes daqueles os quais as teorias primeiras foram desenvolvidas. A diplomática nesse contexto também se transforma, os estudos antes focados na autenticidade documental juntam-se ao estabelecimento das relações entre as funções dos arquivos. Uma “nova diplomática”, a qual, Rodrigues (2008), afirma ter a finalidade de revelar os vínculos da origem documental.

Logo, para diplomática, a estrutura documental torna-se fundamental, os seus elementos (internos e externos), à disposição da informação nos registros e, para a Tipologia Documental, as relações que os documentos possuem entre eles, a partir de seu contexto de produção. Sobre essa última Rodrigues (2008, p. 65) enfatiza como:

[...] o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os caracteres próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar os elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade. (RODRIGUES, 2008, p. 65).

Em conjunto com a tipologia documental a diplomática arquivística auxilia no processo de identificação dos tipos documentos. Essas relações contribuem para definir as relações entre os documentos, que são caracterizadas pelas séries dos documentos. A identificação, então, visa compreender o contexto de produção: órgão e tipologias documentais.

Rodrigues (2008) aponta a identificação do órgão por meio dos elementos orgânicos que incluem a estrutura administrativa e os elementos funcionais, a

saber: competências, funções e atividades. Em seguida, parte-se para a identificação do tipo documental, considerando a fixação da espécie – a estrutura documental de acordo com a diplomática.

Nota-se, assim, que a identificação auxilia na elaboração das atividades de classificação e de avaliação. Todavia, quando o conjunto documental ainda não recebeu tratamento e possui caráter permanente, antes da disseminação desse acervo a partir da descrição documental.

A exigência para se proceder com uma boa descrição é a de que os documentos se encontrem classificados e ordenados, facilitando, assim, a tarefa de retratar, por meio dos instrumentos de pesquisa, os dados que compõem um fundo de arquivo. (RODRIGUES, 2013, p. 12).

Assim, é preciso definir as estruturas dos fundos por meio do arranjo, sendo a identificação, como afirma Bellotto (2004), importante no tratamento das massas documentais acumuladas, como uma tarefa preliminar antecedendo qualquer processamento técnico nos arquivos permanentes, como a descrição documental.

3 ARQUIVO PERMANENTE E A DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

O documento ao ser produzido percorre uma trajetória em três fases: corrente, intermediária e permanente. Chegando a última, fase em que o seu valor impele práticas de gerenciamento focadas na preservação e no acesso, é aplicada uma das mais complexas funções arquivísticas: a descrição documental.

São esses documentos que constituem os arquivos, e em conformidade com a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu Art. 2º, temos a seguinte definição:

[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

O documento arquivístico, aquele produzido por uma instituição ou pessoa, possui características essenciais: natureza probatória e a concepção pelo processo de acumulação natural que o garante parte do conjunto orgânico e

funcional das atividades administrativas das quais se originou (RODRIGUES 2013).

Por possuir atributos próprios o documento de arquivo possui “[...] ligação indissolúvel com as funções e as atividades próprias da sua entidade produtora/acumuladora, seja ela pública ou privada, e com os outros documentos que compõem o respectivo arquivo.” (BELLOTTO, 2014, p.180).

A função primordial dos arquivos de guarda permanente é a incumbência do recolhimento e do tratamento dos documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, sendo responsáveis pela transição desses documentos de sua condição de uso administrativo para aproveitamento como testemunho histórico, a sistematização desse processo de transição ocorre por meio da Teoria das Três Idades, uma vez que, o documento tem sua gênese no seio administrativo (BELLOTTO, 2014).

Após o cumprimento de seu valor primário e, antes que alcance seu valor secundário, os documentos são submetidos ao tempo de espera que corresponde a fase intermediária, sendo submetidos ao instrumento que determina os prazos de vigência de seu ciclo vital: a Tabela de Temporalidade. Passado o rigoroso critério de avaliação e de seleção, aos documentos restantes que não foram eliminados em razão de serem possuidores de valor secundário, deverão ser recolhidos para fase permanente.

Segundo Bellotto (2006), um arquivo permanente não é constituído por “preciosidades” que foram colecionadas com a finalidade de servir como referencial e fonte aos historiadores, um acervo permanente é constituído de documentos que tiveram sua produção há pelo menos 25 anos pelo órgão que constitui o fundo como sobreviventes do processo criterioso da eliminação. É válido considerar que para ser considerado um documento de terceira idade os documentos serão submetidos a avaliação que determinará seu valor passou de primário para secundário.

Sendo cumpridas as fases corrente e intermediária os documentos que não foram eliminados passarão a seara dos acervos permanentes, na qual a função de descrição pode ser considerada como uma das mais complexas entre as funções arquivísticas, por encarregar-se de representar o contexto de produção e do conteúdo documental, tendo como produto desse trabalho os instrumentos de pesquisa.

A descrição de documentos arquivísticos é aplicada preferencialmente a documentos de terceira idade, por meio da Norma Brasileira de Descrição – NOBRADE, que estabelece diretrizes para o processo de descrição de documentos arquivísticos no Brasil visando a padronização dos procedimentos conferindo qualidade elevada ao trabalho técnico resultando em instrumentos de pesquisa que refletem o acervo de forma fidedigna (NOBRADE, 2006).

Nesse sentido, a descrição objetiva garantir por meio da representação do arquivo e de suas partes a explicação dos documentos e do conjunto documental, mediando informações que estejam acessíveis para diversos usuários (RODRIGUES, 2013).

4 FUNDO UNIVERSIDADE DA PARAÍBA – (1955- 1960)

A Universidade Federal da Paraíba já foi denominada Universidade da Paraíba (1955 - 1960), em suas origens que possuía natureza estadual. Sua trajetória já figurava quão elevada seria enquanto instituição propulsora do ensino superior no estado paraibano.

O campo considerado neste trabalho foi o “Fundo Universidade da Paraíba”, o qual encontra-se armazenado no Arquivo Central - ACE, da UFPB. Com sede no Campus I, o ACE constitui-se como órgão suplementar vinculado ao gabinete do reitor. De acordo com a Resolução N°43/2018, o ACE tem o objetivo de propor, de implementar, de executar e de supervisionar assuntos relacionados ao gerenciamento de arquivos, provendo apoio aos diversos órgãos e as unidades no que diz respeito à política de documentos e de registros arquivísticos.

O prédio do ACE possui três pavimentos subdivididos em caráter de atividades administrativas e técnicas, bem como procedimentos de guarda de documentos de valor permanente, localizado no edifício anexo da Reitoria Campus I, na Universidade Federal da Paraíba, Conjunto Castelo Branco, João Pessoa - Paraíba.

Este relato de experiência é fruto da disciplina de Laboratórios de Práticas Integradas IV-Arquivologia - Estágio Curricular, componente curricular obrigatório do curso Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, que teve início no período 2021.2, com vigência de fevereiro a junho de 2022, com carga horária de 90h. A disciplina era voltada para atividades com foco em práticas de gerenciamento de arquivos permanentes, elaboração de instrumentos de pesquisa,

atividades de indexação e de representação da informação arquivística, bem como o planejamento de sistemas de recuperação da informação.

As práticas ficaram definidas para ocorrer no Fundo Universidade da Paraíba, como citado. Para se trabalhar nos documentos foi preciso compreender a constituição e a produção deles. Assim, o único documento que tínhamos ao nosso dispor foi a Lei estadual nº 1.366 de 02 de dezembro de 1955, que criou a Universidade da Paraíba, com sede na cidade de João Pessoa.

A Universidade teve sua gênese em 1934, a partir da criação da Escola de Agronomia do Nordeste, a primeira escola de nível superior situada na cidade de Areia, sob forte influência das tendências profissionais da comunidade atendendo às aspirações da classe média da população com as carreiras mais tradicionais: Medicina, Advocacia ou Sacerdócio.

A justificativa para sua criação deve-se ao pacto político firmado entre Juarez Távora e José Américo de Almeida, tal acordo buscava não apenas a troca de favores políticos, mas também a revitalização da cidade de Areia, porém a Escola veio a passar por muitas dificuldades de repasse de verbas, apenas anos mais tarde é que a Escola abriu perspectivas de crescimento e criação de novas Escolas isoladas em 1947 (LIMEIRA; FORMIGA, 2016).

Segundo Limeira e Formiga (1986), as implicações políticas e sociais da história da Universidade revelavam um difícil caminho a ser percorrido até a concepção universitária, isto, porque a crise de 1929 no Brasil fez com que os grupos economicamente dominantes entrassem em conflito, apontando para a necessidade de uma reestruturação em resposta à insatisfação dos setores industriais com a política vigente, tal inquietação resultou no movimento da Escola Nova que objetivava a expansão das redes escolares na década de 30.

A Universidade da Paraíba, à época, foi resultante da união de escolas de ensino superior já em funcionamento. Passou a ser denominada Universidade Federal da Paraíba, por meio de sua federalização, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, integrada ao Ministério da Educação e Cultura. Diante disso, a documentação que vem passando por tratamento arquivístico na disciplina prática é proveniente do período anterior à federalização da universidade, com data-limite de 1955 a 1960 (BRASIL, 1960).

Logo, enquanto profissionais da informação podemos inferir que a Universidade da Paraíba, ao longo de suas origens e trajetória até a federalização

no exercício de suas atividades, produziu e acumulou documentos que refletem suas funções. Esses documentos nos remetem ao contexto da época e representam um marco na constituição da universidade e de valor para a ascensão social.

5 RELATO DE EXPERIÊNCIA

As atividades desenvolvidas no transcorrer da Disciplina Laboratório de Práticas Integradas IV com o tratamento do acervo da Universidade da Paraíba foram divididas em seis etapas, a primeira consistia na revisão dos princípios e dos conceitos arquivísticos relacionados aos arquivos permanentes, entre eles, a estrutura dos Fundos que preside a organização de acervos de guarda permanente, o princípio da proveniência e da organicidade, e o respeito à ordem original.

A segunda etapa, conhecer a legislação que criou a instituição de ensino, a qual nos permitiu o reconhecimento do fundo, contexto e estrutura da universidade. Na terceira etapa, tivemos o contato com a documentação realizando a retirada dos documentos das caixas arquivo e transferência para a estante, conjuntamente a prévia ordenação por faculdades em respeito à ordem original de sua estrutura organizacional.

Imagem 1- Retirada dos documentos das caixas arquivo.



Fonte- Dados da pesquisa (2022).

Passamos então a quinta etapa, a qual iniciamos a identificação das tipologias utilizando dois instrumentos para a coleta de dados: a ficha de identificação tipológica que contemplava as características intrínsecas e

extrínsecas de cada documento e a ficha de tipologias identificadas que nos permitiu a visão panorâmica das tipologias existentes no acervo. E por fim, na sexta e última etapa a transferência dos dados coletados nas fichas de identificação tipológica e ficha de tipologias identificadas para a planilha no meio digital.

Imagem 2- Identificação do Órgão produtor em planilha do excel.

	A	B
1		
2	Coluna1	Coluna2
3	ÓRGÃO	
4	Universidade da Paraíba	
5	NÚMERO- CAIXA	5
6		
7	GRUPO	
8	Faculdade de Odontologia	
9	DATA-LIMITE	
10	1956-1959	

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

O objetivo da atividade prática foi apresentar aos discentes da disciplina as ações voltadas aos arquivos permanentes, mas também colaborar com a comunidade, por meio dessa interferência, auxiliando o Arquivo Central da UFPB, enquanto unidade que promove entre outras competências a disseminação da informação, provendo atendimento aos usuários internos, externos e aos pesquisadores.

No decorrer das atividades utilizamos materiais e tomamos as medidas de segurança à saúde, no sentido de prevenção aos agentes de riscos durante o manuseio dos documentos, com o uso efetivo dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI, luvas, máscaras e jalecos.

Diante de um acervo que encontramos sem tratamento técnico observou-se a necessidade de conhecer a sua estrutura, compreender como os documentos da época da universidade em seu período estadual foram estruturados. Assim, os discentes junto com o professor da disciplina, perceberam que a Identificação Arquivística seria a base que poderia nos trazer esse panorama.

A identificação tem como base metodológica a aplicação direta dos princípios de proveniência e da ordem original, se o nosso objetivo for o tratamento de massas documentais acumuladas que não tiveram sua devida identificação

durante seu processo de produção, obrigatoriamente deveremos recorrer às características da proveniência e da organicidade para que as informações possam ser recuperadas, uma vez que, o tipo documental está intrinsecamente ligado à função permitindo que essa metodologia seja utilizada em documentos acumulados, independente do período histórico que tenham sido produzidos.

A aplicabilidade desta metodologia nos permite caracterizar e compreender quais atividades originaram o documento, além disso demonstra as atribuições e as competências de seu produtor, pois os conjuntos documentais possuem uma lógica orgânica no cumprimento de sua função. “Esta fase da metodologia arquivística denominada identificação, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação” (RODRIGUES, 2011, p. 47).

Desse modo, a aplicação da metodologia de identificação arquivística e das tipologias documentais possibilitou o levantamento de dados tendo como instrumento a ficha de identificação do órgão produtor e a ficha de identificação tipológica que nos permitiu melhor compreender na prática que cada documento é único no conjunto documental.

Foi realizado este processo metodológico identificando a gênese dos documentos, sendo o passo inicial do tratamento documental. Primeiramente, identificamos o órgão produtor (estrutura) e, em seguida, os elementos funcionais e a tipologia documental, ou seja, a ação que gerou este documento, analisando o conteúdo presente em cada documento e a composição de sua estrutura.

A seguir, tratamos especificamente sobre a Faculdade, objeto do processo de identificação, entre as instituições que foram incorporadas a Universidade da Paraíba destacamos a Faculdade de Odontologia da Paraíba, que teve sua criação através do Decreto estadual nº 646 de 05 de dezembro de 1951, o curso de Odontologia que funcionava anexo ao curso de Medicina.

Entretanto, os membros da classe insatisfeitos providenciaram toda a documentação necessária para a implementação da Faculdade de Odontologia, embora o mercado de trabalho fosse escasso pela inexistência de órgãos assistenciais, que encaminhassem os profissionais qualificados para serem absorvidos, infelizmente apenas os profissionais mais bem sucedidos financeiramente chegavam ao Rio de Janeiro ou Bahia, a fim de seguir carreira, a maioria caso não conseguisse bolsas de estudos através de apoio político

infelizmente abandonavam o curso.

Todo este movimento voltado para a criação da Faculdade de Odontologia foi liderado pela Associação Paraibana de Cirurgiões - Dentistas com o apoio da Comissão de Planejamento do Ensino Superior, porém o fato de já existir Escolas superiores do mesmo seguimento, dificuldades financeiras e burocráticas a iniciativa encontrava-se paralisada e dependente do Governo do Estado para arcar com as responsabilidades tanto em nível burocrático quanto com o comprometimento de assumir sua manutenção, após muitos impasses a imprensa divulgou informes sobre o reconhecimento da Faculdade de Odontologia pelo Ministério da Educação e da Cultura no ano de 1955 (LIMEIRA; FORMIGA, 2006).

5.1 METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

As atividades práticas da disciplina com foco em acervos permanentes ocorreram com embasamento na Lei estadual nº 1.366 de 02 de dezembro de 1955, que criou a Universidade da Paraíba, tornou-se possível o entendimento do funcionamento do órgão, suas competências e a sua conjuntura organizacional subdivididas na parte administrativa, nas instituições incorporadas e nas agregadas:

Quadro 01 – Estrutura Organizacional da Universidade da Paraíba.



Fonte: elaborado pela a autora.

Com o entendimento de sua funcionalidade e competências, partimos para a identificação do acervo, utilizando as fichas de identificação do órgão e as fichas

de identificação tipológica.

As fichas foram elementos norteadores do processo de aplicabilidade da identificação arquivística e o seu preenchimento foi realizado com o intuito de possibilitar a descrição e conseguinte elaboração dos instrumentos de pesquisa, entretanto apesar de ser este o objetivo da identificação a carga horária disponibilizada inviabilizou a conclusão das atividades, visto a necessidade da prévia organização do acervo, tendo como suporte a aplicação da identificação arquivística para compreendermos o acervo e possível aplicação da descrição.

Imagem 3 – Ficha de Identificação da Tipologia Documental.

ELEMENTOS EXTERNOS			
Suporte	☐ Eletrônico ☐ Analógico		
Formato			
Forma	☐ Pré-original ☐ Original ☐ Pós-original		
Gênero	☐ Textual ☐ Cartográfico ☐ Iconográfico ☐ Filmográfico ☐ Sonoro ☐ Micrográfico ☐ Digital		
ELEMENTOS INTERNOS			
	Nome do documento	Objetivo da Produção	Especificações
Identificação do documento			
Espécie			
Ação/ Tipo documental			

Fonte: Nascimento (2019)

No processo de identificação do acervo notamos como essa atividade é importante para posterior descrição do acervo, pois essa função arquivística serve como uma explicação das informações dos conjuntos documentais. Sendo assim, ao definir o arranjo documental por meio da definição das classes e estrutura do fundo, o acervo passará pelo processo de descrição.

A trajetória da Universidade da Paraíba está registrada na memória dos personagens que vivenciaram suas origens, na legislação que a criou, na documentação proveniente de suas atividades, em sua evolução até a federalização abarcando passado, presente e futuro. A realização da identificação das tipologias resultantes das atividades da Universidade possibilitou

compreender esse processo de constituição.

No decorrer da aplicação da metodologia ficaram perceptíveis a repetição de várias das tipologias existentes, entretanto apesar da repetitividade, é lícito afirmar que os documentos possuem o atributo de unicidade, assim sendo, cada documento submetido à análise tipológica, ao se repetir, fomos separando aos devidos conjuntos documentais.

Ademais, iremos considerar as tipologias que foram produto deste processo de identificação. Salienta-se que todas as documentações produzidas e acumulada no exercício das atividades da Universidade da Paraíba constituem-se em suporte analógico e de gênero textual.

Diante da documentação armazenada no Arquivo Central da UFPB, deduzimos que existe a possibilidade de terem sido produzidos volumes anteriores a incorporação da instituição pela universidade.

Os documentos foram encadernados no formato de livros. Entre os principais danos causados em documentos, encontramos a presença de anotações indevidas, dobras, rasgos, sujidades, oxidação e foxing, na lombada não há danos, a capa encontra-se bem preservada, a costura não está folgada nem rompida.

Considerando como órgão produtor, a Universidade da Paraíba e a Faculdade de Odontologia como grupo, a maioria dos empenhos possuía carimbo de encaminhamento ao Departamento da Fazenda. Nesse ponto surgiu a necessidade de melhor compreender a produção dos documentos denominados “Empenho “. Assim, realizamos então pesquisas em sites buscando uma definição que mais se aproximasse da gênese documental.

Em conformidade com o Art. 58 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964 podemos definir empenho como “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”, que se aplica aos entes da federação e está diretamente ligado a autorização ou não de uma despesa.

Além disso, conforme o artigo 61 da Lei nº 4.320/64: “[...] para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho que indicará o nome do credor, a especificação da despesa e a dotação orçamentária [...]”. Durante o preenchimento das fichas de identificação da tipologia documental surgiram algumas dúvidas com relação a terminologia a ser utilizada, mais precisamente como denominar os “Empenhos” alguns colegas questionaram se

deveriam identificar como empenho ou nota de empenho, o docente nos orientou a manter a terminologia expressa no próprio documento e posteriormente a partir da análise e entendimento desses conceitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade dos arquivos brasileiros no âmbito público e privado e experiência vivenciada nas atividades da disciplina nos impele a refletir acerca da emergente necessidade da implantação de políticas públicas eficazes aplicadas aos arquivos desde a sua gênese.

O intuito deste trabalho transcorreu em relatar as experiências vivenciadas no Arquivo Central da UFPB e apresentar o tratamento documental mediante a aplicabilidade da metodologia de identificação como suporte à descrição de documentos no acervo da Universidade da Paraíba, no intervalo de 1955 a 1960, para a partir dos dados coletados possibilitar o gerenciamento dos documentos de guarda permanente e o desenvolvimento de procedimentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.

A partir das atividades desenvolvidas na documentação proveniente da Universidade da Paraíba, com a aplicação da metodologia de identificação do órgão produtor e, por conseguinte, a identificação das tipologias documentais, foi perceptível a tamanha importância da identificação arquivística como suporte em acervos permanentes.

Podemos apontar como dificuldades para a realização do processo o elevado quantitativo de documentos e a carga horária de curto prazo disponibilizada para a realização das atividades não permitirão a continuidade e conclusão das atividades.

Com relação às limitações, o espaço disponibilizado para a realização das atividades não comportava todos os discentes fazendo-se necessário a divisão da turma em outra sala, e o quantitativo de computadores disponíveis para uso era insuficiente.

A revisão de literatura no início da disciplina foi primordial para fundamentar este trabalho, uma vez que os conceitos arquivísticos trouxeram embasamento necessário à realização das atividades práticas e nos familiarizaram às peculiaridades dos acervos de guarda permanente.

A realização da identificação tipológica em duplas permitiu o aperfeiçoamento dos discentes e tornou o processo mais ágil, uma vez que, enquanto um discente realizava o preenchimento da ficha, o outro transferia os dados para a planilha fazendo a conferência dos dados coletados e alternando as atividades entre si. A presença e auxílio do docente e arquivistas com a retirada de dúvidas no transcorrer das atividades práticas potencializaram o processo.

Considerando o volume documental acumulado e a carga horária disponível para execução das atividades práticas com a necessidade de utilizar-se a metodologia de identificação tipológica como suporte para a descrição dos documentos e elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Apesar de não termos concluído as atividades de identificação, é relevante a contribuição ao acervo, através dos dados que foram coletados com o preenchimento das fichas de identificação que servirão às próximas turmas de Laboratório de Práticas Integradas IV, para continuidade do processamento técnico e, por fim, a descrição do acervo e a elaboração de instrumentos, que servirão aos usuários internos e externos, além de promover a reflexão sobre situação dos acervos de caráter permanente da UFPB e a necessidade de medidas de intervenção nos acervos, a fim de salvaguardar e preservar a memória do Fundo Universidade da Paraíba.

As vivências no decorrer da disciplina possibilitou aos discentes o desenvolvimento de habilidades em relação ao tratamento de acervos sem nenhum processamento técnico por um longo período de tempo e ainda com o agravante de serem documentos de caráter permanente e valiosos para a contextualização do surgimento do ensino superior no estado paraibano com a criação da Universidade da Paraíba.

Com a realização deste trabalho buscou-se contribuir aos estudos relativos ao processo de identificação dos documentos. Logo, consideramos que os documentos da Universidade da Paraíba como propulsores do ensino e pesquisa científica, a partir da realização das atividades práticas, apresentam a relação entre os elementos na história do ensino superior e do surgimento, posteriormente da UFPB.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B. Arquivos permanentes: aspectos iniciais de sua organização. In: MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T.R, (Orgs). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 65- 82.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV Editora, 2004.

BELLOTO, H. L. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Transinformação**, v. 1, n. 3, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23089>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BELLOTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4320&ano=1964&ato=221c3Zq5UNVRVT2b4>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara técnica de normalização da descrição arquivística. **Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

LIMEIRA, M. D.; FORMIGA, Z. S. **UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História**. Textos UFPB-NDIHR, v, 2, n.11, João Pessoa, abril de 1986. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/ufpb_implicacoes.html. Acesso em: 12 out. 2022.

LIMEIRA, M. D.; FORMIGA, Z. S. Fundamentos históricos da UFPB: das origens à estadualização. In: FERREIRA, L. F.; FERNANDES, (Orgs). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. p. 25 - 38.

LOPES, L. C. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/20097>. Acesso em: 15 out. 2022.

NASCIMENTO, N. M. **Inter-relação entre os fluxos informacionais, a**

identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos: um modelo processual para a Salutar de Marília. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181728>. Acesso em 14 ago. 2022.

PARAÍBA. **Lei no 1.366**, de 02 de dezembro de 1955. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 67° Proclamação da República, João Pessoa, 02 dez. 1955.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/.../tde-27112008-151058/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

RODRIGUES, A. C. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21810>. Acesso em: 13 ago. 2022.

RODRIGUES, A. C. **Organização de Arquivos Permanentes: usando a tipologia documental como método**. In: **História, Arquivos & Mídias Digitais**. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 114-130.

SCHMIDT, C. M. S.; MATTOS, R. A construção do pensamento arquivístico: entre textos e contextos. In: MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T.R, (Orgs). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 27- 48.